

**MOÇÃO****Em defesa da EGF - VALORSUL**

Considerando que:

1. A Empresa Geral de Fomento (EGF) foi nacionalizada, em 1976, e colocada na esfera do Instituto de Participações do Estado (IPE). Em 1993, a EGF passou a atuar na área dos serviços de tratamento e valorização dos resíduos sólidos urbanos.
2. O Estado e os Municípios, ao longo dos últimos vinte e cinco anos, procederam a uma revolução nos sectores dos serviços de águas e de resíduos urbanos, atingindo níveis de atendimento da população que se traduziram numa melhoria da qualidade de vida e da sustentabilidade ambiental.
3. O decreto-lei nº 379/93, de 5 de Novembro de 1993, que regula as bases da criação dos sistemas multimunicipais dos sectores das águas, águas residuais e resíduos, reconheceu a importância estratégica e a natureza de serviço público destes sistemas multimunicipais.
4. A VALORSUL, SA foi a primeira empresa multimunicipal de tratamento de resíduos a ser criada, em Setembro de 1994, e teve como acionistas as câmaras municipais de Lisboa, Loures, Amadora e Vila Franca de Xira e ainda a EGF, entre outras.
5. A organização do sector de resíduos nos últimos anos tem-se baseado no estabelecimento de parcerias entre o Estado, via EGF, e um vasto conjunto de municípios para o tratamento e valorização de resíduos, continuando as autarquias a assegurar a limpeza e recolha de resíduos, em regra, através da prestação directa.
6. O governo PSD/CDS decidiu privatizar a Empresa Geral do Fomento (EGF), a sub-holding do grupo Águas de Portugal para o sector de resíduos medida que consideramos extremamente lesiva dos interesses do País, dos Municípios, das populações e dos trabalhadores.
7. A EGF é um grupo rentável, com lucros acumulados nos últimos 3 anos na ordem dos 62 milhões de euros, movimentando anualmente perto de 170 milhões de euros. O grupo possui um património avaliado em cerca de 1000 milhões de euros, tecnologia avançada e trabalhadores qualificados. Só em 2012 investiu perto de 45 milhões de euros.
8. A EGF domina 65 % do total nacional de resíduos urbanos, por via das 11 empresas de recolha, tratamento e valorização de resíduos, criadas em conjunto com os municípios, empregam directamente 2 mil trabalhadores e servem 63% da população. O governo espera arrecadar com a venda da EGF perto de 200 Milhões. Um montante irresório face aos mil milhões de euros já investidos no sector e que irá direitinho para os bolsos dos credores porque os resultados das privatizações tem de ir obrigatoriamente para o pagamento da dívida.
9. A Valorsul trata resíduos de forma ambientalmente eficiente, cobra uma das mais baixas tarifas existentes do mercado de resíduos e teve sempre resultados líquidos positivos. Até 2013, a Valorsul investiu mais de 347 milhões de euros, tratou mais de 10.500.000 de toneladas de resíduos, dos quais

280 mil orgânicos e 700 mil reciclados e produziu mais de 4.890.000MW de energia, pelo que a privatização não traz qualquer valor acrescentado.

10. Valorizamos, ainda, a posição conjunta dos presidentes das 19 Câmaras associadas no subsistema de tratamento de resíduos sólidos, divulgada em conferência de imprensa, na Valorsul, assumindo publicamente a defesa da continuação desta empresa no Sector Empresarial do Estado (SEE), o que constitui mais um importante contributo para obrigar o governo a recuar na sua intenção de transformar este sector estratégico para a qualidade de vida das populações, num lucrativo negócio privado.

11. Nada justifica a privatização, cujas consequências serão desastrosas para a economia, os Municípios, para a manutenção de um ambiente de qualidade, bem como para as populações e os trabalhadores

Assim, o Bloco de Esquerda propõe que na Assembleia Municipal de Lisboa na sua reunião no dia 18 de fevereiro de 2014, considere ser essencial defender os serviços públicos de resíduos e exige a tomada de medidas que assegurem:

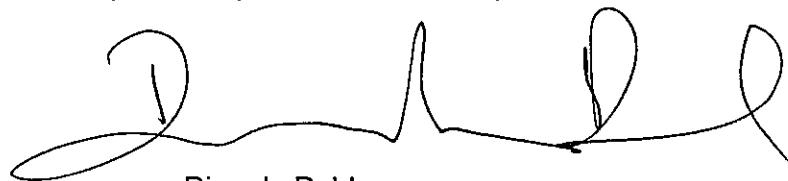
. A manutenção do grupo EGF, da qual a Valorsul faz parte, na esfera pública, condição essencial para garantir uma política de resíduos integrada e orientada pelos interesses das populações e por razões ambientais e não por lógicas de lucro.

. A defesa dos serviços públicos municipais de resíduos e da cooperação intermunicipal exigindo a atribuição dos correspondentes meios financeiros, humanos e técnicos, para dar resposta às necessidades e anseios das populações.

. A defesa dos postos de trabalho, dos salários, dos direitos e da melhoria das condições de trabalho contribuindo para a valorização social dos trabalhadores do sector.

- Que a mesma seja remetida após votação para: os Grupos parlamentares da AR, CGTP^{pe UGT} e para os órgãos de comunicação social.

Pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda



Ricardo Robles

*Nota: aditamento aprovado
pelo plenário 18.2.2014
Noute*